

MERCADOS



Com aversão global, Bovespa inicia agosto em baixa de 0,2%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) lutou até o meio da tarde por sinal positivo neste primeiro fechamento de agosto, após a recuperação vista nos dois meses anteriores, especialmente em julho, quando subiu 3%. Mas, do meio para o fim da tarde, o Índice Bovespa (Ibovespa) não conseguiu resistir à forte correção em Nova York nesta abertura de mês e também à pressão no câmbio, que foi negociada a R\$ 5,74 na máxima de ontem.

Assim, o Ibovespa fechou o dia em baixa de 0,2%, a 127.395,10 pontos, entre mínima de 127.149,63 (-0,39%) e máxima de 128.761,54 pontos (+0,87%) na sessão, em que saiu de abertura aos 127.652,02 pontos.

O giro financeiro foi a R\$ 23,8 bilhões na sessão. Na semana, o Ibovespa recua 0,08% e, no ano, acumula perda de 5,06%.

A aversão global que prevaleceu nesta quinta-feira colocou o ouro - um típico ativo defensivo, buscado em momentos de risco econômico e geopolítico - no maior nível histórico intradia na Comex, de Nova York, a US\$ 2.506,60 por onça-troy. Em Nova York, os principais índices de ações fecharam com perdas en-

tre 1,21% (Dow Jones) e 2,30% (Nasdaq) a sessão, em que o índice de volatilidade (VIX) atingiu o maior nível desde abril, refletindo o aumento da percepção de risco.

E, como pano de fundo, as tensões geopolíticas no Oriente Médio que afetam diretamente os preços de commodities, como o petróleo (em baixa de 1,63% no Brent), e reforçam a demanda por dólar, a principal referência entre as moedas.

Vale ON fechou em baixa de 2,24%, enquanto Petrobras ON e PN cederam, respectivamente, 1,85% (na mínima do dia no fechamento, a R\$ 39,85) e 1,52%. Na ponta perdedora do Ibovespa, Dexco (-4,38%), Embraer (-4,09%) e Cognac (-3,95%). No lado oposto, Vivo (+4,31%), Weg (+4,30%) e Marfrig (+3,71%).

DÓLAR

O dólar disparou ao longo da tarde e superou a barreira psicológica de R\$ 5,70, encerrando o dia no maior valor de fechamento desde fins de dezembro de 2021.

Com máxima a R\$ 5,7430, o dólar à vista encerrou a sessão em alta de 1,41%, cotado a R\$ 5,735 - maior valor de fechamento desde 21 de dezembro de 2022 (R\$ 5,7388).

CNC

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O nível de endividamento dos consumidores caiu na passagem de junho para julho, atingindo 78,5% das famílias brasileiras, uma redução de 0,3 ponto percentual (p.p.). É o primeiro recuo no indicador desde fevereiro.

No entanto, ainda está acima do primeiro trimestre de 2024, quando terminou em 78,1%. Na comparação anual também fica em nível superior a julho de 2023 (78,1%).

Os dados fazem parte da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada ontem pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Em fevereiro, quando o indicador teve queda pela última vez, o recuo foi de 78,1% para 77,9%.

O levantamento é feito com 18 mil famílias de todo o país. São levadas em conta dívidas com cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consig-

nado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa.

Em uma análise por faixa de renda, o levantamento mostra que quanto menor o poder aquisitivo, maior o endividamento. Entre as famílias com renda de até três salários mínimos, 81% estão com dívidas.

O índice passa para 79,6% entre os consumidores que têm de três a cinco salários mínimos. Para famílias com renda entre cinco e dez salários mínimos, o endividamento alcança 76,7%. O menor nível é para as famílias com perfil acima de dez salários mínimos, 69,8%.

INADIMPLÊNCIA

A CNC ressalta que dívida não é necessariamente um comportamento financeiro negativo, uma vez que é uma forma de direcionar dinheiro para o consumo, o que aquece a economia como um todo.

No entanto, adverte que o índice de endividamento preocupa quando as famílias começam a apresentar dificuldade na capacidade de honrar os pagamentos,

a chamada inadimplência.

O percentual de famílias com dívidas atrasadas ficou em 28,8% em julho, mesmo patamar de junho. Há um ano, a marca era 29,6%.

Já a parcela de famílias que afirmam não ter capacidade de pagar as dívidas era de 11,9% em julho. Em outubro do ano passado o índice estava em 13%.

PERFIL DE DÍVIDA

O percentual médio de comprometimento da renda com dívidas foi de 29,6% em julho, sendo o quinto mês com retração nesse nível, quando estava em 30,4%. O tempo médio de comprometimento com dívida ficou em 7,2 meses.

A principal modalidade de endividamento é o cartão de crédito, sendo utilizado por 86% dos devedores. Os carnês figuram em seguida (15,7%), à frente de crédito pessoal (10,6%), financiamento de casa (9,1%), de carro (8,4%), e crédito consignado (5,6%).

RIO GRANDE DO SUL

A pesquisa de julho apresenta

uma abordagem específica sobre o Rio Grande do Sul, estado devastado por enchentes no fim de abril e em maio. O índice de endividamento das famílias gaúchas alcançou 91,2% - 12,7 p.p. acima da média brasileira. É a maior parcela desde outubro de 2023.

O percentual de famílias com dívidas já atrasadas chegou a 38%, o que representa 8,7 p.p. acima da média nacional. Para os pesquisadores, isso mostra que os gaúchos precisaram se endividar para ajustar os orçamentos em meio ao cenário afetado pelo desastre climático.

Sem o Rio Grande do Sul no cálculo da Peic, o Brasil teria taxa de endividamento de 78%.

PROJEÇÃO

A CNC projeta que o índice de endividamento no país deve recuar em agosto e setembro, chegando a 78,2%. A partir de então, é esperada nova trajetória ascendente, fechando o ano em 78,4%.

Em relação ao percentual de famílias com dívidas atrasadas, os pesquisadores apontam tendência de crescimento, finalizando 2024 em 29,5%.

CNI

Faturamento real da indústria brasileira avança 6,3% em junho

O faturamento real da indústria de transformação do país cresceu 6,3% em junho deste ano, na comparação com o mês anterior. A alta mostra recuperação da queda de 4,8% observada em maio. Com o resultado, o setor acumula um crescimento de 1,4% em seu faturamento real, no primeiro semestre, em relação ao mesmo período do ano passado.

Os dados foram divulgados ontem pela Confederação Nacio-

nal da Indústria (CNI).

"A recuperação trazida pelos indicadores em junho reflete a superação de uma série de problemas que afetaram a atividade em maio, quando a produção industrial tinha sido muito afetada por greves nos setores de veículos automotores e pelos efeitos das chuvas no Rio Grande do Sul", afirma o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

Segundo ele, as enchentes

gaúchas afetaram não apenas o setor industrial do Rio Grande do Sul, como fábricas que dependem de insumos produzidos naquele estado.

O indicador de número de horas trabalhadas na indústria brasileira cresceu 2,2% entre maio e junho e acumulou uma alta de 2,6% no primeiro semestre. A massa salarial real do setor também avançou de maio para junho (4,3%) e no acumulado do

semestre (3,8%).

Já o rendimento médio dos trabalhadores apresentou crescimentos de 4,2% em junho, na comparação com maio e de 2,2%, no primeiro semestre.

O emprego no setor foi o único indicador que não teve alta no mês, já que se manteve estável de maio para junho. No acumulado do semestre, o emprego na indústria acumula alta de 1,6%, de acordo com a CNI.

BALANÇO

Cielo registra lucro de R\$ 385,6 mi no 2º trimestre, baixa de 20,7% em um ano

MATEUS PIOVESANA/AE

A Cielo teve lucro líquido recorrente de R\$ 385,6 milhões no segundo trimestre deste ano, uma queda de 20,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Em relação ao primeiro trimestre deste ano, a baixa foi de 23,4%.

A companhia afirma que a queda dos resultados veio em função da redução do Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização). Nesta linha, o resultado foi de R\$ 727

milhões, número 30,5% menor que o do mesmo período do ano passado em bases recorrentes.

Essa redução se deu diante do comportamento das receitas e também do aumento dos investimentos, em um reflexo da busca da Cielo por maior presença comercial no segmento de pequenas e médias empresas. Também pesaram investimentos em tecnologia.

No segundo trimestre, a receita operacional líquida da Cielo foi de R\$ 2,479 bilhões, uma

queda de 6,2% na comparação com o segundo trimestre de 2022. O detratore foi a Cielo Brasil, que reúne as atividades de aquisição, e que teve receita de R\$ 1,419 bilhão, queda de 13,2% em um ano.

Essa baixa veio da redução da rentabilidade da captura de transações da empresa. Segundo a credenciadora, o mix de clientes menos favorável e a redução da participação da antecipação de recebíveis na base explicam essa redução.

Por outro lado, a Cielo teve receita financeira líquida de R\$ 86,3 milhões no segundo trimestre, contra uma despesa de R\$ 49,3 milhões no mesmo período do ano passado.

O retorno ao campo positivo veio com a mudança na estrutura financeira da empresa, que passou a manter captações com o mesmo prazo das operações de antecipação de recebíveis, o que reduziu os custos. A queda da Selic também contribuiu positivamente para o número.

Nota

PETROBRAS ANUNCIA ALTA DE 7,1% NO PREÇO DO QUEROSENE DE AVIAÇÃO

A Petrobras anunciou ontem um aumento médio de 7,1% no valor do querosene de aviação (QAV) praticado para a venda às distribuidoras. É a segunda alta seguida no preço do combustível, o mais demandado no transporte aéreo. Ele é usado em aviões e helicópteros dotados de motores à turbina. No início do mês de julho houve um reajuste de 3,2%. De acordo com nota divulgada

pela Petrobras, o aumento acumulado no ano é de 0,8%, o que representa um acréscimo médio de R\$ 0,03 por litro na comparação com o preço de dezembro de 2023. "No comparativo desde dezembro de 2022, houve uma redução acumulada de 18,9%, o que equivale a um decréscimo de R\$ 0,96/litro", diz a estatal. As atualizações do preço do combustível costumam ocorrer mensalmente. Os novos valores já começaram a vigorar nas refinarias. A Petrobras comercializa o querosene de aviação apenas para as distribuidoras.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

GOVERNO BOLSONARO

STF derruba ‘PEC Kamikaze’ que reforçou benefícios sociais

ANDRÉ RICHTER/BRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem, em Brasília, derrubar a emenda constitucional - aprovada pelo Congresso durante o governo de Jair Bolsonaro - voltada para turbinar benefícios sociais durante as eleições de 2022. Na época, o caso ficou conhecido como "PEC Kamikaze". Por maioria de votos, os ministros entenderam que a emenda é inconstitucional por ter liberado recursos durante ano eleitoral. Com a decisão, quem recebeu os auxílios não terá que devolver os recursos. A promulgação foi contestada no Supremo pelo partido Novo. A Emenda Constitucional

123, de 14 de julho de 2022, foi aprovada em meio à campanha eleitoral para criar um estado de emergência decorrente da eleição "extraordinária e imprevisível" dos preços dos combustíveis e dos impactos sociais decorrentes do aumento. Com a promulgação, Bolsonaro, então candidato à reeleição, conseguiu turbinar os benefícios sociais até o fim daquele ano. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) permitiu ao governo gastar R\$ 41 bilhões em despesas adicionais para viabilizar o pagamento de benefícios sociais, o que viabilizou o pagamento do Auxílio Brasil de R\$ 600, auxílio de R\$ 1 mil para caminhoneiros, vale-gás e redução da carga tributária de bio-

combustíveis, além repasses para estados e municípios.

REGRAS BURLADAS

Ao analisar a matéria, o relator do caso, ministro André Mendonça, rejeitou a ação por entender que os efeitos da emenda terminaram em 31 de dezembro de 2022. Contudo, o voto do relator foi superado pelos votos da maioria do plenário. O ministro Flávio Dino entendeu que os gastos foram aprovados para burlar as regras eleitorais que não permitem distribuição de benefícios durante o período eleitoral. "O presidente da República, qualquer que seja ele, tudo pode, e o prefeito do pequeno município vai ser cassado?", indagou Dino.

O ministro Alexandre de Moraes disse que a emenda teve influência na eleição e é necessária uma intervenção do Judiciário para evitar novas medidas ilegais. "Naquele período em que foi aprovada a emenda constitucional, a situação do dólar, da inflação e do preço do petróleo era mais favorável do que em 2021, um ano antes. Em que pese os efeitos da guerra na Ucrânia, não houve essa situação emergencial tão diferente que um ano antes", afirmou. A divergência foi seguida pelos ministros Edson Fachin, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Gilmar Mendes e o presidente, Luís Roberto Barroso. Nunes Marques rejeitou a ação por entender que não houve ilegalidades.

REFÉM DO INGLÊS

Sem Espanhol, Lula sanciona novo ensino médio com veto

ANDREIA VERDÉLIO/BRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que reforma o novo ensino médio, mas vetou os trechos que tratavam de mudanças na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A Lei nº 14.945/2024 foi publicada no Diário Oficial da União ontem. O texto aprovado no Congresso Nacional previa que, a partir de 2027, fossem cobrados no Enem os conteúdos dos itinerários formativos (parte flexível do currículo à escolha do estudante), além daqueles da formação geral básica que já são cobrados. Aprovada durante a tramitação na Câmara dos Deputados, essa ideia havia sido retirada no Senado, mas acabou reinserida no texto final pelo relator, deputado Mendonça Filho (União-PE).

Um novo plano de ensino médio com 3 mil horas de carga total. Para profissões que exijam tempo maior de estudo, 300 horas da formação geral poderão ser utilizadas para o aprofundamento de disciplinas que tenham relação com o curso técnico -por exemplo, mais física para alunos de eletrotécnica. O texto sancionado prevê apenas o inglês como língua estrangeira obrigatória. Os parlamentares rejeitaram a inclusão da obrigatoriedade do espanhol na formação geral básica, conforme defendiam secretários de Educação, que alegavam aumento de custos com a novidade, além de falta de professores. Pelo texto final, o espanhol poderá ser ofertado de acordo com a disponibilidade dos sistemas de ensino. Em comunidades indígenas, o ensino médio poderá ser ofertado nas línguas maternas de cada povo. Cada município brasileiro também deverá manter ao menos uma escola com a oferta de ensino médio regular noturno. A condição é que haja demanda manifestada e comprovada por esse turno nas matrículas feitas junto às secretarias de educação.

VENEZUELA

Brasil, Colômbia e México pedem solução via institucional

LUCAS PORDEUS LEÓN/BRASIL

Os governos do Brasil, Colômbia e México divulgaram uma nota conjunta ontem pedindo que o impasse em torno das eleições da Venezuela seja resolvido pela via institucional. O comunicado reforçou ainda a posição dos três países de que sejam divulgados os dados das eleições do último domingo por mesa de votação. "As controvérsias sobre o processo eleitoral devem ser dirimidas pela via institucional. O princípio fundamental da soberania popular deve ser respeitado mediante a verificação imparcial dos resultados", diz o texto. O documento foi publicado após uma conversa por telefone, ontem à tarde, entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; da Colômbia, Gustavo Petro, e do México, Andrés Manuel López Obrador. Os governos dos países latino-americanos afirmaram ainda que seguem acompanhando com "muita atenção" o processo de escrutínio dos votos. "Fazemos um chamado às autoridades eleitorais da Venezuela para

que avancem de forma expedita e divulguem publicamente os dados desagregados por mesa de votação", afirmaram. México, Brasil e Colômbia pediram que todos os atores políticos e sociais tenham cautela e contenham suas manifestações e eventos públicos para evitar mais violência. "Manter a paz social e proteger vidas humanas devem ser as preocupações prioritárias neste momento", afirmaram. Os chefes de Estado completaram o comunicado dizendo que têm "absoluto respeito pela soberania da vontade do povo da Venezuela" e que estão dispostos a apoiar "os esforços de diálogo e busca de acordos que beneficiem o povo venezuelano". Desde que o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) deu vitória à Nicolas Maduro no último domingo, a oposição tem acusado o processo de fraude e protestos foram registrados no país com ao menos 12 mortos, mais de mil presos e dezenas de feridos, incluindo mais de 80 militares ou policiais, segundo dados do próprio governo e da organização não governamental venezuelana Foro Penal.

OEA O comunicado conjunto vem um dia após os três países não endossarem a resolução votada no Conselho Permanente da Organização dos Estados Americanos (OEA). O Conselho rejeitou - pela diferença de um voto - o texto que exigia a publicação "imediatamente" das atas eleitorais sobre o resultado da eleição do último domingo. A resolução também pediu que seja permitida uma verificação integral dos resultados na presença de organizações de observação independentes "para garantir a transparência, credibilidade e legitimidade dos resultados eleitorais". A assessoria de imprensa do Itamaraty justificou que, além da Venezuela não ser membro da OEA, o governo decidiu se abster porque quem define como ocorre a verificação dos resultados é a própria Venezuela e suas leis, não cabendo a OEA definir que organizações de observação independentes deveriam presenciar tal verificação. Já o governo mexicano enviou comunicado informando que a OEA não tem a isenção e

equilíbrio necessário para discutir o tema da Venezuela e que há muita ingerência nos processos internos do país. "Antes de conhecer os resultados, o diretor da OEA, (Luís) Almagro, já havia reconhecido a um dos candidatos, sem provas de nada. Para que vamos a uma reunião assim? Isso não é sério, não é responsável e não ajuda a buscar uma saída pacífica e democrática", afirmou o presidente López Obrador em coletiva de imprensa ontem. Dos 34 estados membros da organização, 17 votaram à favor, faltando apenas um voto para aprovar a resolução. Votação à favor os países Estados Unidos, Argentina, Canadá, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Jamaica, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname e Uruguai. Por outro lado, se abstiveram o Brasil, a Bolívia, a Colômbia, Granada, Honduras, Bahamas, Barbados, Belize, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves e Antígua e Barbuda. Se ausentaram da votação o México, Dominica, Trindade e Tobago, São Vicente e Granadinas.

DOENÇA

São Paulo confirma dois casos de febre do Oropouche

ELAINE PATRICIA CRUZ/BRASIL

Dois casos de febre do Oropouche foram identificados e confirmados recentemente no estado de SP, informou ontem a Secretaria Estadual da Saúde. O diagnóstico ocorreu após resultado de exame de RT-PCR, que foi realizado pelo Instituto Adolfo Lutz. Segundo a secretaria, as infecções foram detectadas em duas moradoras do município de Cajati, na região do Vale do Ribeira. Nos dois casos, as pacientes se recuperaram da doença. As duas mulheres vivem em área rural, próximo a uma plantação de bananas, e não tinham histórico de deslocamento para outras regiões nos últimos 30 dias, o que sugere que se tratam de casos autóctones, contraídos na própria cidade ou no local onde vivem. Segundo o Ministério da Saúde, a febre é transmitida principalmente por um mosquito maruim.

JUSTIÇA

Desembargadores são afastados por venda de sentenças no MT

PEPITA ORTEGA/AE

O ministro Luís Felipe Salomão, corregedor nacional de Justiça, afastou ontem, os desembargadores Sebastião de Moraes Filho e João Ferreira Filho, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, por suspeita de envolvimento em um esquema de venda de sentenças. Os magistrados também são investigados por supostamente atuarem em casos patrocinados por um advogado - assassinado no ano passado - com o qual mantinham "amizade íntima", recebendo presentes e propinas em vez de se declararem impedidos para julgarem os processos. Salomão ainda determinou a abertura de reclamações disciplinares sobre a conduta atribuída aos magistrados. O ministro quebrou os sigilos bancário e fiscal dos desembargadores e de servidores da Corte matogrossense, referente aos últimos cinco anos. O corregedor consultou o

presidente do CNJ, ministro Luís Roberto Barroso, sobre os afastamentos, que foram determinados "considerando a premente necessidade de prevenir situações futuras em caso de permanência dos desembargadores na jurisdição, com condutas reiteradas". Ao determinar a investigação sobre os desembargadores, Salomão destacou indícios de que os magistrados mantinham "amizade íntima" com o advogado Roberto Zampieri, falecido. A relação impediria os magistrados de atuarem em processos patrocinados por Zampieri. No entanto, segundo investigações preliminares, Sebastião de Moraes Filho e João Ferreira Filho, recebiam propinas e presentes para julgarem recursos de acordo com o advogado. "As investigações acenam para um cenário de graves faltas funcionais e indícios de recebimento de vantagens indevidas", indicou Salomão em despacho assinado nesta quinta, 1.

ITINERÁRIOS

A nova lei prevê menos liberdade nos itinerários formativos, que agora deverão seguir diretrizes nacionais, a serem elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), colegiado formado por representantes da sociedade civil indicados pelo Ministério da Educação. Pelo novo texto, as disciplinas optativas no ensino médio deverão estar relacionadas a um dos seguintes quatro itinerários formativos: línguas e suas tecnologias; matemática e suas tecnologias; ciências da natureza e suas tecnologias; ou ciências humanas e sociais aplicadas. As diretrizes nacionais devem observar ainda especificidades da educação indígena e quilombola. Isso restringe as possibilidades dos itinerários formativos. Os defensores da restrição apontaram a experiência malsucedida em diversos estados nos quais a ausência de padronização levou a uma ampliação de desigualdades, com a oferta de mais de 30 trilhas de aprofundamento em alguns locais e de nenhuma em outros.

O QUE MUDA

Pela nova lei, o início de implementação das reformas deve ocorrer já em 2025, no caso de alunos ingressantes no ensino médio. Os que já estiverem com o ensino médio em curso terão um período de transição. Após sucessivos ajustes, com idas e vindas entre as duas casas do Congresso e nove meses de tramitação, ao final, foi mantida a essência do projeto do governo federal, que era ampliar a parcela de conteúdos da formação básica curricular - as disciplinas tradicionais, como português, matemática, física, química, inglês, história e geografia, conforme delineado pela Base Nacional Comum Curricular. A carga horária da formação geral básica nos três anos de ensino médio voltará a ser de 2,4 mil. Mais 600 horas obrigatórias deverão ser preenchidas com disciplinas dos itinerários formativos, nos quais há disciplinas opcionais à escolha do aluno. A carga horária total será, então, de 3 mil horas: 1 mil para cada ano, dividido em 200 dias letivos de

Nota

CORREGEDOR HOMOLOGA TAC E SUSPENDE APURAÇÕES SOBRE DESEMBARGADOR DA LAVA JATO

O corregedor nacional de Justiça Luis Felipe Salomão suspendeu três apurações disciplinares sobre o desembargador Marcelo Malucelli - um dos personagens centrais em recente imbróglio da Operação Lava Jato na Justiça Federal do Paraná. A medida ocorre após o ministro homologar um Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre a Corregedoria e Malucelli. Os procedimentos foram suspensos na última sexta-feira, quando Salomão homologou o TAC de Malucelli. O acordo foi fechado com a Corregedoria durante audiência realizada no último dia 11. A homologação indica que o desembargador assumiu "obrigações" a serem cumpridas antes do eventual arquivamento dos pedidos de providências, mas o despacho não cita quais são as determinações, considerando o sigilo do caso. A aprovação do TAC respinga em pedidos de providências movidas pelo senador Renan Calheiros, o advogado Rodrigo Tacla Duran (que foi alvo da Operação Lava Jato) e a própria Corregedoria Nacional de Justiça. O termo também deve refletir sobre um pedido de investigação que partiu do senador Rogério Carvalho.

